



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-68



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2025


O Exmo. Sr. ROBERTO APARECIDO CORREDATO, Prefeito Municipal de Rondon, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório supra citado, cujo objeto foi adjudicado às seguintes empresas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal 6.063 de 23 de março de 2023 e alterações subsequentes.


| PROponente | CNPJ | VALOR R\$ | Valor por Extenso |
|--------------------------------|--------------------|------------|---|
| ELIVDANDA OLIVEIRA DA SILVA ME | 08.813.556/0001-09 | 232.999,00 | Duzentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e nove Reais |

Rondon – PR, 02 de dezembro de 2025.

ROBERTO A. CORREDATO
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-68



EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 105/2025
Pregão nº 69/2025

Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a ELIVDANDA OLIVEIRA DA SILVA ME.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para locação de estrutura visando a realização do evento "Agro Rondon Farm Show 2025"**, em comemoração ao 71º aniversário deste município, compreendendo serviço de organização e realização de rodéo, locação de estrutura de ferragens (arena, arquibancadas e camarotes), sanitários químicos, som e iluminação, tendas, geradores, ambulâncias, brigadistas, entre outros.

Valor: R\$ 232.999,00 (Duzentos e Trinta e Dois Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do(s) produto(s)/serviço(s), mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes da presente licitação ocorrerão por conta de recursos do tesouro nacional, recursos estaduais e recursos livres municipais do orçamento vigente, através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

| UNFUNDOSUBFUNPRODESTPROJATIVOMEPROJAL | CAT. ECON | LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS |
|---------------------------------------|-----------------|------------------------------------|
| 0901 13 392 04 2 30 | 3.3.90.39.12.00 | |
| 0901 13 392 04 2 30 | 3.3.90.39.05.00 | |

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 25/03/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Furo: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.


Data da assinatura: 02/12/2025.

Rondon – Pr, 02 de dezembro de 2025.

Roberto Aparecido Corredato
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-68




AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2025
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME e EPP REGIONAIS
PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MEI, ME e EPP's LOCAIS


O Município de Rondon, Paraná, torna público que às 08:30 horas do dia 17 de dezembro de 2025, na plataforma eletrônica Bolsa de Licitação e Leilões – BLL, no site www.bll.org.br, realizará LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME e EPP's REGIONAIS, COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MEI, ME e EPP's LOCAIS, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, tendo como objeto a Contratação empresa especializada em serviços de comunicação de dados e de acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet), através de link via Fibra Ótica, com fornecimento de IP FIXO, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Administração Municipal, pelo período de 12 meses, com fornecimento total dos equipamentos (em comodato) necessários à execução dos serviços. Valor Máximo Total: R\$ 71.168,80. Informações complementares, Edital completo e anexos poderão ser obtidos no site: www.rondon.pr.gov.br no link Licitações, ou através de e-mail: licita@rondon.pr.gov.br. – Fone: (44) 3672-1122 - Divisão de Licitação.

Rondon – Pr., 02 de novembro de 2025.

JOSEMYRY S. OLIVEIRA
Pregoeira



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-68



CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO Nº 103/2025

I – Das Partes Contratantes:

CONCEDENTE: O MUNICÍPIO RONDON – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, escrito no CNPJ/MF sob n.º 75.380.071/0001-66, estabelecido na Avenida Paraná, 155, denominado a partir deste, simplesmente de MUNICÍPIO DE RONDON-PR, Lei Municipal nº 1.798/2017 e suas alterações, inscrito no CNPJ sob nº 09.493.586/0001-77, neste ato representada por sua SÓCIA ADMINISTRADORA, a Senhora CAMILA GALVAN MARQUES, portador da Cédula de Matrícula nº 46.902.495-1, e do CPF nº 004.888.591-68.

CONCESSIONÁRIA: ITAPEMA CONSTRUÇÃO CIVIL E EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à RUA MARANHÃO, SALA 2 - CEP: 87.800-000 - BAIRRO: CENTRO, cidade de Rondon/PR, inscrita no CNPJ sob nº 09.493.586/0001-77, neste ato representada por sua SÓCIA ADMINISTRADORA, a Senhora CAMILA GALVAN MARQUES, portador da Cédula de Matrícula nº 46.902.495-1, e do CPF nº 004.888.591-68.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA CONCESSÃO

Constitui objeto deste instrumento, a Seleção de pessoas jurídicas de direito privado para a concessão de direito real de uso de lotes urbanos, de propriedade da municipalidade, cumpridas as exigências da Lei Municipal nº 1.798/2017, mediante condições fixadas neste Edital e no contrato de concessão de uso, cujas regras os interessados deverão submeter-se. O terreno localiza-se no perímetro urbano da cidade de Rondon/PR, de propriedade da municipalidade, conforme tabela abaixo:

| LOTE DE TERRAS Nº 07-A (SETE – A), ORIUNDO DA SUBDIVISÃO DOS LOTES 01/06/07/08/10, DA QUADRA Nº 06-A (SEIS – A), DA "VILA NOVA DIVINEIA", DA PLANTA OFICIAL DA CIDADE DE RONDON |
|---|
| Área – 600,00m² |
| Divisas e Confrontações: Frente: Metragem de 15,00 metros, confrontando com a Rua Padre Floriano Martins de Oliveira; Lado Direito: Metragem de 40,00 metros, confrontando com o Lote nº 08-A; Lado Esquerdo: metragem de 14,00 metros, confrontando com o Lote nº 11-A, daí segue 17,00 metros, confrontando com Lote nº 10-A, daí segue uma metragem de 9,00 metros, confrontando com parte do Lote nº 06-A; Fundos: Metragem de 15,00 metros, confrontando com o Lote nº 02. |
| MATRÍCULA nº 24.055 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CIDADE GAÚCHA-PR |

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO

A presente concessão de uso se faz com base nos permissivos constitucionais e legais regedores da Administração Pública em geral, com fundamento na lei Orgânica do Município de Rondon-PR, Lei Municipal nº 1.798/2017 e suas alterações, Instrução Normativa SEGES/MGI nº 12, de 31 de março de 2023, Edital concorrência Pública nº 02/2025 e Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2.021.

CLÁUSULA TERCEIRA – FINALIDADE DA CONCESSÃO

A finalidade principal desta concessão é justamente proporcionar condições para instalação de nova empresa/indústria ou ampliação e criação de filiais das já existentes no Município, o qual somente será

beneficiado com a outorga da escritura pública definitiva se cumpridas todas as exigências legais, visando promover o desenvolvimento econômico e social da nossa comunidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DA CONCESSÃO

O prazo desta concessão de uso será pelo período de 05 (cinco) anos, no caso de cumprimento das exigências dispostas na lei municipal nº 1.798/2017 e neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

O concessionário obriga-se as seguintes condições:

a) Arcar com as despesas necessárias à lavratura do Termo de Concessão de Uso, certidões de praxe, cartórias, bem como todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custas ou quaisquer outros que incidirem ou venham a incidir sobre a Concessão Real de Uso, do objeto do presente Contrato de Concessão de Direito de Uso.

b) Arcar com todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, bem como os tributos, taxas, contribuições e licenças incidentes sobre o referido imóvel.

c) O Concessionário torna-se responsável, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão de Direito de Uso, pelo pagamento de quaisquer taxas ou impostos que incidam ou venham incidir sobre o imóvel, bem como pelas tarifas de água, telefone, energia elétrica e demais despesas inerentes ao bem.

d) Protocolar o pedido de aprovação do projeto da construção, junto à Secretaria Municipal de Planejamento do município de Rondon, em até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura do Contrato de Concessão de Direito de Uso. Os projetos das instalações deverão obedecer ao Código de Obras Municipal, bem como Plano Diretor e legislação ambiental vigente.

e) O(s) projeto(s) de construção que não for(em) aprovado(s) pela Secretaria Municipal de Planejamento, deverá(ão) ser adequado(s) em um prazo de 30 (trinta) dias corridos após o indeferimento do(s) projeto(s), passível de eliminação em caso de não aprovação pelo setor competente ou expiração do prazo.

f) A obrigação de edificar e dar início às atividades da empresa, no imóvel concedido em uso, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão de Uso de Bens Públicos e expedição do Alvará de Construção pelo município concedente. Este prazo poderá ser prorrogado pelo Prefeito Municipal na hipótese de força maior ou outro motivo relevante e plenamente justificado.

g) Comprovar a metragem da construção edificada no imóvel, bem como demonstrar o capital integralizado, mediante documentação probatória, de acordo com o apresentado na proposta técnica da Concorrência Pública 02/2025.

h) Comprovar a geração de novos empregos formais com no mínimo 50% (cinquenta por cento) de mão-de-obra local, de acordo com o apresentado na proposta técnica da Concorrência Pública 02/2025. A comprovação da geração de empregos será demonstrada por meio de demonstrativos contábeis, apresentação das RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, e demais documentos pertinentes. Os vínculos empregatícios deverão ser comprovados pelo período dos últimos 03 (três) anos da concessão, a qual deverá ser feita anualmente.

i) A obrigação de manter permanentemente a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade industrial/empresarial inicialmente previsto, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder Público Municipal.

j) Cumprir dentro do prazo pactuado, as obrigações assumidas, sob pena de perder o direito real de uso concedido, revertendo-se a posse do imóvel para o Município, inclusive as benfeitorias edificadas ou implantadas pelo concessionário, sem direito a indenização.

k) Responder civil e criminalmente por si, seus empregados ou prepostos, por danos causados a terceiros, usuários e funcionários no âmbito dos terrenos cedidos e das edificações neles erigidas.

l) Cumprir todas as determinações da legislação ambiental e, consequentemente, obter os licenciamentos dos órgãos competentes, inclusive junto ao IBAMA e IAP, se for o caso.

m) Não causar embaraço de qualquer espécie aos serviços na área cedida pelo Município de Rondon, atendendo à sua fiscalização e cumprindo as determinações da Secretaria Municipal de Planejamento.

n) Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e insumos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Termo de Concessão de Uso.

o) O Concessionário fica expressamente proibido de alienar/vender, transferir, locar ou sublocar o bem cedido sem anuência do Município.

p) O concessionário deverá promover o uso do imóvel, zelosamente, mantendo-o limpo, executando as suas expensas todos os serviços de conservação que se façam necessários.

q) É vedado ao concessionário ceder a(s) área(s) a terceiros a qualquer título gratuito ou oneroso dos lotes, bem como das construções que serão edificadas, salvo prévia autorização da Administração Municipal.

r) Não será permitido a inclusão de casa de moradia, tampouco a inclusão de quaisquer tipos de residência seja ela em prédio separado ou em anexo a construção original.

s) Ao final de 05 (cinco) anos deverá a empresa vencedora do certame ter cumprido todas as exigências da Lei Municipal nº 1.798/2017, bem como do contrato de concessão de direito de uso, para que possa receber a outorga definitiva e outorga da escritura do imóvel. Na hipótese do concessionário não se consolidar nos 05 (cinco) anos, e não atender as disposições do presente edital, bem como do contrato de concessão de direito de uso e das disposições da Lei Municipal nº 1.798/2017, o imóvel cedido será reincorporado ao patrimônio municipal, e as benfeitorias que forem construídas no imóvel revertendo ao patrimônio do Município ao final da concessão, sem que caiba ao CONCESSIONÁRIO quaisquer direitos a indenizações.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

a) A presente concessão sujeita-se à fiscalização do poder concedente, com a cooperação do concessionário;

b) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais previstas neste Contrato e na Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento das obrigações do concessionário;

c) Extinguir a concessão caso houver descumprimento das exigências legais;

d) Designar pela Secretaria Municipal de Planejamento, Comissão devidamente constituída através de Portaria, para que juntamente com o Setor Jurídico, efetuem o acompanhamento e a fiscalização do contrato, principalmente quanto ao cumprimento dos prazos e obrigações nele estabelecidos.

e) Realizar a doação definitiva e outorga da escritura do lote cedido ao concessionário após o cumprimento das exigências contidas na Lei 1.798/2017, que rege este objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

a) Ao final de 05 (cinco) anos, deverá o concessionário ter cumprido todas as exigências da Lei Municipal nº 1.798/2017 e as cláusulas do presente contrato para que possa receber a doação definitiva e outorga da escritura do imóvel.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVERSÃO DO TERRENO AO MUNICÍPIO

O CONCESSIONÁRIO perderá o direito de concessão de uso do terreno, retornando o mesmo ao CONCEDENTE, inclusive com as benfeitorias realizadas, sem direito a indenização, em caso de:

a) Desativação das atividades por mais de seis meses;

b) Não atender a área da construção a ser edificada, apresentada na proposta técnica;

c) Não comprovar o capital integralizado, apresentado na proposta técnica;

d) Não comprovar a geração de novos empregos formais com no mínimo 50% (cinquenta por cento) de mão-de-obra local, de acordo com o apresentado na proposta técnica e das condições do presente contrato;

e) Violar obrigações tributárias;

f) Transferir imóvel para Terceiros antes do prazo determinado por lei;

g) Ceder, locar, sublocar, arrendar ou alienar o imóvel para terceiros até a concessão definitiva do imóvel.

h) Violar fraudulentamente as obrigações tributárias e ambientais;

i) Alterar o projeto original sem aprovação do Município.

CLÁUSULA NONA – DA RESOLUÇÃO

a) Na hipótese do concessionário não se consolidar nos 05 (cinco) anos, e não atender as disposições do presente contrato e da Lei Municipal nº 1.798/2017, o imóvel cedido será reincorporado ao patrimônio municipal, e as benfeitorias que forem construídas no imóvel, revertendo ao patrimônio do Município, sem que caiba ao Concessionário quaisquer direitos a indenizações.

b) No caso de resolução do contrato com reincorporação do imóvel ao patrimônio municipal, a empresa inadimplente não terá direito a qualquer indenização das benfeitorias realizadas.

a) Fica expressamente proibida a alienação do imóvel a terceira pessoa ou realização de sucessão comercial, locação, sublocação, cessão ou arrendamento, sob pena de imediata reversão do imóvel ao Município de Rondon, inclusive com as benfeitorias já realizadas, sem qualquer direito de indenização ao Concessionário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO LICENCIAMENTO

a) O licenciamento ambiental é de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO, nos casos específicos em que é inerente a atividade desenvolvida pela empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

a) O descumprimento das cláusulas constantes neste contrato e na Lei Municipal nº 1.798/2017, importa em rescisão contratual, nos termos do artigo 137 e 138 da Lei 14.133/21 e suas alterações.

b) O presente TERMO poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

b.1) Infringência de qualquer obrigação ajustada;

b.2) Liquidação amigável ou judicial, de decretação de falência da CONCESSIONÁRIA.

b.3) Se a CONCESSIONÁRIA, sem prévia autorização do MUNICÍPIO, transferir, emprestar ou locar, interromper ou paralisar as atividades, desviar a finalidade, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste TERMO.

b.4) e os demais mencionados no Artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

a) Fica ressalvado, à concedente o direito de visitar o imóvel e solicitar informações sobre as atividades desenvolvidas, as quais deverão ser prestadas no prazo de 10 (dez) dias, pertinentes ao conteúdo de todas as obrigações contidas neste contrato. A Fiscalização será realizada por Comissão devidamente constituída através de Portaria pela Secretaria Municipal de Planejamento, para que juntamente com o Setor Jurídico, efetuem o acompanhamento e a fiscalização do contrato, principalmente quanto ao cumprimento dos prazos e obrigações estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONCESSÃO DEFINITIVA

a) Após decorridos os 05 (cinco) anos, e comprovados pela Concessionário o cumprimento dos encargos previsto no presente contrato e na Lei Municipal nº 1.798/2017, os quais deverão ser atestados por meio de parecer emitido pela Comissão competente, e a manutenção da empresa em atividade, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a outorga definitiva e outorga da escritura do imóvel cedido à Concessionária, com a condição de ser mantida a sua destinação para fins industriais, comerciais ou atividades de prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

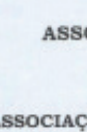
a) Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.274, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

a) Fica eleito o foro da Comarca de Cidade Gaúcha/PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e concordantes, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Rondon-PR, em 27 de novembro de 2025.


| PREFEITO MUNICIPAL | CONCESSIONÁRIO |
|-------------------------|-------------------------|
| TESTEMUNHA 01 RG N.º | TESTEMUNHA 02 RG N.º |



ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ENERGIA ATIVA – A.R.E.A
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ENERGIA ATIVA – A.R.E.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.192.200/0001-80, com sede no lote nº A-19, da Gleba Patrimônio Cianorte, neste município e comarca de Cianorte-Pr, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **APARECIDO JOSÉ ALBERTI**, brasileiro, casado, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 3.687.125-3-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 571.206.179-15, residente e domiciliado à Av. Espírito Santo, nº 1.283, Cianorte-Pr., vem por meio do presente, para que possa surtir os efeitos legais e de direito, convocar todos os seus Associados para participar da assembleia geral extraordinária que realizar-se-á no dia 13/12/2025, às 10:00 horas, nas dependências da Associação, situada à Estada da Bica, lote A-19, da Gleba Patrimônio Cianorte, neste município de Cianorte-Pr, para tratar do seguinte assunto: a) venda do imóvel sede da Associação, constituído pelo lote A-19, da Gleba Patrimônio Cianorte, no município e comarca de Cianorte-Pr, com área de 2,42 hectares, ou seja, 1,00 alqueire paulista, matriculado sob nº 5.660, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, 1º Ofício da comarca de Cianorte-Pr. A presença de todos os Associados é indispensável e de suma importância.

APARECIDO JOSÉ ALBERTI
Presidente



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
ASSOCIAÇÃO AO CONSORCIO PÚBLICO CIPAF
RUA SÃO JANIÚRIO, 124 - JARDIM MODELO - CEP: 87225-000 - FONE/FAX: (44) 3635-1751
CNPJ/MF: 80.909.658/0001-50 - E-MAIL: somae@op.uol.com.br
JAPURÁ - PARANÁ

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ROBERTO VALENTIM DE OLIVEIRA, Diretor do SAMAE de Japurá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

PROCESSO N.º 31/2025
Processo dispensa N.º 16/2025

RESOLVE:

RATIFICAR E HOMOLOGAR a Licitação nº. 31/2025, referente ao **Processo dispensa nº. 16/2025**, conforme consta no termo de ata, devidamente lavrada em que fica(ram) classificad(a)s empresa(s) abaixo mencionad(a)s, é feita nos termos do artigo 71, inciso IV e, no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação designada pela Senhora Prefeita Municipal, através da Portaria nº 56/2025, que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAR SERVIÇOS TÉCNICOS E AMBIENTAIS E AUXÍLIO AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS AMBIENTAIS E DE SAÚDE EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE JAPURÁ-PR**, sendo:


| Lote | F. R. F. GIANIACOMO LTDA | Descrição do Serviço | Unid | Qtd | Preço | Preço total |
|-------|--------------------------|--|------|-------|----------|-------------|
| 1 | | SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS PARA LABORATÓRIO Acompanhamento periódico do sistema de abastecimento de água Monitoramento controle de qualidade da água para consumo humano de acordo com legislação vigente, portaria nº 588/2021 Elaboração de Plano de amostragem. Treinamento de coletas de amostras, treinamento para monitoramento diário de análises de cloro, flúor, turbidez, pH e cor com elaboração de Procedimentos Operacionais padrão POP. Treinamento de coletas de amostras para análises microbiológicas, incluso elaboração de procedimento operacional padrão POP. Treinamentos para rotinas de laboratório, incluso POP. Treinamento para dosagem de produto químico desinfetante para tratamento de água, de acordo com a vazão de captação de água, incluso POP, com monitoramento e frequência de reposição do produto. Conferência, interpretação de resultados de análises de água, relatórios mensais detalhados com resultados de análises realizadas. Presencimento mensal, trimestral, semestral e anual do controle SIAGUA/Modelo padrão Ministério da Saúde DATASUS. Elaboração de relatórios técnicos sobre operação do sistema e medidas a serem adotadas para correção de inconformidades. Orientações técnicas quanto a operação do sistema e obrigações legais perante autoridades ambientais e de saúde. Orientações sobre prazos para cumprimento de normas ambientais e de saúde, licenças, outorgas, vencimento, renovação. Orientação sobre documentações relacionadas ao sistema de abastecimento de água, plano municipal de saneamento, medição de vazão dos mananciais, limpeza de reservatórios, descarga e limpeza nas pontas de rede de distribuição. Representação junto a autoridades ambientais e de saúde. Auxílio sobre Gestão de Recursos Hídricos interpretação da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9.433 de 08 de Janeiro de 1997. Auxílio para interpretação da Lei nº 11.445 de Janeiro de 2007 e atualizada pela Lei 14.026 de 15 de julho de 2020 Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cria o comitê interministerial de saneamento básico. Auxílio para interpretação da RESOLUÇÃO CONAMA 396 de 03 de abril de 2008. Dispõe sobre classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e das outras províncias. Cooperação para interpretação e atendimento ao órgão regulador e fiscalizador. Disponibilidade para atendimento online quando necessário. Acompanhamento periódico da Estação de Tratamento de Efluente, monitoramento efluente bruto e tratado de acordo com resolução CONAMA nº 430/2011 Monitoramento corpo receptor (rio) montante e jusante de acordo com resolução CONAMA 357/2005, orientação para cumprimento da licença de operação e outorga de lançamento de efluente, preenchimento de declaração de carga poluidora, orientação representação junto ao órgão ambiental competente. | SERV | 12,00 | 1.960,00 | 23.520,00 |
| TOTAL | | | | | | 23.520,00 |

A execução dos serviços será realizada, em conformidade com as especificações acima mencionadas, por um período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, da assinatura do contrato.

Em face do despacho acima, autorizamos o Setor competente desta Municipalidade efetuar a contratação conforme a(s) proposta(s) vencedora(s), obedecendo às normas de formalização legal, prevista na Legislação.

Japurá, 02/12/2025.


ROBERTO VALENTIM DE OLIVEIRA
Diretor



Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar, 363, Centro, CEP: 87225-000, Japurá-Paraná
Fone: (44) 3635-1337, Fax: (44) 3635-1390 - E-mail: pmj@japura.pr.gov.br e atendimento@gmail.com
CNPJ: 75.788.349/0001-39

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2025
LICITAÇÃO Nº 102/2025 – Processo dispensa Normal Nº 13/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ - CNPJ: 75.788.349/0001-39
CONTRATADO: FERNANDO ALEX FERNANDES PROMOÇÃO DE EVENTOS – CNPJ 46.707.426/0001-80
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO EM COMPETIÇÃO DE CORRIDA DE RUA PARA PEDESTRES A SER REALIZADA COMO PARTE INTEGRANTE DOS EVENTOS COMEMORATIVOS DO 61º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR.
VALOR GLOBAL: R\$ 28.990,00 (Vinte e Oito Mil, Novecentos e Noventa Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 182 dias Cento e Oitenta e Dois dias), contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 02/12/2025

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal



GUAPOREMA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025

O MUNICÍPIO DE GUAPOREMA torna público que fará realizar no dia 16 de dezembro de 2025, às 09:00 horas, no portal da BLL (bllcompras.com) Pregão eletrônico do tipo Menor Preço para Contratação de empresa para fornecimento de pacote de viagem para passeio dos idosos do município de Guaporema através do recurso **Paraná Viaja Mais 60**. A Pasta Técnica com o inteiro teor do edital e seus respectivos anexos, poderá ser examinado portal da Transparência do município (<http://www.guaporema.pr.gov.br>), bem como no portal da BLL (<http://bllcompras.com>). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3684 1206.

Guaporema – Pr, 02 de dezembro de 2025.

Claudio Batista Pereira
Agente de Contratação



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 241 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 086-2025. Homologado em 01-12-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO INTERNO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ATENÇÃO BÁSICA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTE MUNICÍPIO.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: PRÓ-SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA, CNPJ nº 07.344.756/0001-05, valor total: R\$ 864.681,99 (oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos).

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI

PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 227 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 086-2025. Homologado em 01-12-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO INTERNO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ATENÇÃO BÁSICA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTE MUNICÍPIO.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, CNPJ nº 39.630.384/0001-47, valor total: R\$ 10.921,10 (dez mil, novecentos e vinte e um reais e dez centavos).

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI

PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 236 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 086-2025. Homologado em 01-12-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO INTERNO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ATENÇÃO BÁSICA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTE MUNICÍPIO.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: MEDINGA COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 57.742.953/0001-42, valor total: R\$ 6.486,95 (seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI

PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 230 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 086-2025. Homologado em 01-12-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO INTERNO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ATENÇÃO BÁSICA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTE MUNICÍPIO.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME, CNPJ nº 23.228.076/0001-74, valor total: R\$ 52.241,88 (cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos).

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI

PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 232 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 086-2025. Homologado em 01-12-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO INTERNO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ATENÇÃO BÁSICA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTE MUNICÍPIO.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ nº 34.620.735/0001-30, valor total: R\$ 13.912,00 (treze mil, novecentos e doze reais).


Paço Municipal, 02 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI

PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 233 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 086-2025. Homologado em 01-12-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO INTERNO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ATENÇÃO BÁSICA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTE MUNICÍPIO.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: GAC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 51.205.028/0001-04, valor total: R\$ 23.844,00 (vinte e três mil, oitocentos e quarenta e quatro reais).

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI

PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 231 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 086-2025. Homologado em 01-12-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO INTERNO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ATENÇÃO BÁSICA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTE MUNICÍPIO.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 10.566.711/0001-81, valor total: R\$ 16.902,90 (dezesseis mil, novecentos e dois reais e noventa centavos).

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI

PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 235 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 086-2025. Homologado em 01-12-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO INTERNO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ATENÇÃO BÁSICA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTE MUNICÍPIO.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: LOGIMEDI COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 52.179.963/0001-06, valor total: R\$ 105.077,39 (cento e cinco mil, setenta e sete reais e trinta e nove centavos).

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI

PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
ASSOCIADO AO CONSÓRCIO PÚBLICO CESPAS
Rua Sofia Tachini, 237 - Jardim Bela Vista - Fone/Whats: (44)3110-1340 / 99916-9638
CNPJ/MF - 80.909.096/0001-44 - CEP: 87.230-000 - JUSSARA - PARANÁ
e-mail - atendimento@samaejussara.com.br

**AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2025**

Considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte do setor competente e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via dispensa de licitação, posto que:

- 1) o valor está adequado ao teto estabelecido no art. 75, caput, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 2) não foi despendido por este órgão, neste exercício financeiro, mais do que o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 3) o somatório da despesa abaixo referida, somada com outros objetos da mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade, não ultrapassou o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021.


| | |
|------------|--|
| OBJETO | Contratação de empresa especializada em licença de uso de Software Microsoft Office Pro Plus 2021 ESD (Electronic Software Distribution), visando atendimento às necessidades operacionais e administrativas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE. |
| VALOR | R\$ 4.130,00 (Quatro mil, cento e trinta reais) |
| FORNECEDOR | B S INFORMATICA LTDA |
| CNPJ | 44.132.151/0001-79 |

Fica a dispensa devidamente RATIFICADA e APROVADA em todos os seus termos e atos.

Publique-se o presente ato de dispensa.

Jussara, 02 de dezembro de 2025.

Valter Luiz Bossa
Diretor Geral do SAMAE



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 228 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 086-2025. Homologado em 01-12-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO INTERNO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ATENÇÃO BÁSICA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTE MUNICÍPIO.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA, CNPJ nº 24.586.988/0001-80, valor total: R\$ 11.081,50 (onze mil, oitenta e um reais e dez centavos).

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI

PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 234 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 086-2025. Homologado em 01-12-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO INTERNO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ATENÇÃO BÁSICA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTE MUNICÍPIO.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: LÍDER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 38.170.314/0001-05, valor total: R\$ 56.658,00 (cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e oito reais).

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI

PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 237 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 086-2025. Homologado em 01-12-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO INTERNO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ATENÇÃO BÁSICA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTE MUNICÍPIO.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: NEXXA FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ nº 61.812.902/0001-17, valor total: R\$ 19.679,34 (dezenove mil, seiscentos e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI

PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

Art. 3º O vencimento-base previsto no artigo anterior servirá de base de cálculo para todas as vantagens previstas nas ACS e ACE, observados os mesmos percentuais, interstícios e critérios de avaliação funcional, devendo os respectivos valores ser pagos em rubricas próprias e destacadas na folha de pagamento, para garantir a visibilidade e a transparência das evoluções remuneratórias.

CAPÍTULO III – DA APLICAÇÃO DAS PROGRESSÕES FUNCIONAIS

Art. 4º As progressões horizontais e verticais de que trata o art. 25 da Lei Municipal nº 39/2015 aplicar-se-ão integralmente aos ACS e ACE, observados os mesmos percentuais, interstícios e critérios de avaliação funcional, devendo os respectivos valores ser pagos em rubricas próprias e destacadas na folha de pagamento, para garantir a visibilidade e a transparência das evoluções remuneratórias.

Art. 5º As progressões e acréscimos funcionais observarão as seguintes regras:

I – incidirão sobre o valor de referência correspondente a dois salários mínimos nacionais, vigentes à data da concessão;

II – serão incorporáveis à remuneração total do servidor, com todos os efeitos legais e previdenciários;

III – manterão os percentuais e interstícios definidos na Lei Municipal nº 39/2015;

IV – serão discriminadas em rubricas específicas de “Progresso Horizontal”, “Progresso Vertical” e “Adicional por Tempo de Serviço (Quinquênio)”, integrantes da Parte Permanente Especial.

Art. 6º Para fins de classe administrativa, os valores devidos aos ACS e ACE serão demonstrados em quadro-resumo de eventos, que integra esta Lei:

| Evento | Descrição | Base de Cálculo | Observações |
|--------|--|---|---------------------------|
| 001 | Vencimento-Base | Piso Nacional (O SM) | Lei 120/2002 |
| 002 | Progresso Vertical | 3,8% a cada 2 anos | Art. 25, §2º, Lei 39/2015 |
| 003 | Progresso Horizontal (Classes A-E) | conforme art. 25, §1º | percentuais cumulativos |
| 004 | Adicional do Tempo de Serviço (Quinquênio) | 3% sobre o vencimento-base (2 SM) | Art. 26, Lei 39/2015 |
| 005 | Outras Vantagens Permanentes | apenas se oriundas de reconhecimento superior | natureza incorporável |

Parágrafo único. Considera-se "remuneração fixa permanente" apenas as parcelas fixas incorporadas vinculadas ao cargo efetivo, oriundas de planos ou reajustamentos anteriores, não abrangendo adicionais de maioridade, periodicidade ou verbas eventuais.


CAPÍTULO IV – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Fundo Municipal de Saúde, podendo ser suplementadas, se necessário, e observando-se que os repasses provenientes da Assistência Financeira Complementar da União, instituída pela Lei Federal nº 12.994/2014, destinam-se prioritariamente ao custeio da remuneração básica dos ACS e ACE.

Art. 8º O Poder Executivo poderá realizar os ajustes de codificação e de folha necessários à correta identificação das rubricas remuneratórias, sem necessidade de decreto regulamentador, desde que mantidos os percentuais e critérios fixados em lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de maio de 2022, conforme a Emenda Constitucional nº 120/2022.

PAÇO MUNICIPAL "ANTÔNIO ARICINI DA SILVA" DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 (DOIS) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2022.



GOV. DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

JOÃO PAULO TRAVASSOS RAIOLI
Prefeito Municipal



DENGUE.
DESARME
ESTA
BOMBA.

DEIXE ÁGUA PARADA.